



Jaguaribe, 26 de agosto de 2024

Edição Nº: 4314

PORTARIA DE VIAGEM SAAE- JBE Nº 056/2024. O Ordenador de despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Portaria 747/2021 de 05 de novembro de 2021. Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem/deslocamento com o seguinte objetivo: ENTREGAR E RETIRAR MOTOR DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SÍTIO TANQUE, DISTRITO DE NOVA FLORESTA, MUNICÍPIO DE JAGUARIBE – CEARÁ, NA OFICINA DANIEL GOMES FELIPE-ME, NA CIDADE DE IGUATU – CEARÁ. **RESOLVE** Designar JOSÉ DAMASIO NOGUEIRA, CPF 016.946.453-98, para efetuar a viagem/deslocamento a supra identificada e autorizar a tesouraria do Serviço Autônomo de água e Esgoto - SAAE, a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), a se realizar no dia 26/08/2024. **REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.** Jaguaribe-CE, 26 de agosto de 2024. Jander Robson Bezerra Gomes. Diretor do SAAE

*** **

Lei 1.706, de 26 de agosto de 2024. **DISPÕE SOBRE A SEGUNDA REVISÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO VALE DO JAGUARIBE - CONVALE II E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARIBE, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Magna Carta e a Lei Orgânica do Município e demais legislações em vigor, submete à apreciação deste Poder Legislativo, o seguinte Projeto de Lei: **Art. 1º.** A Cláusula Quarta do contrato do CONSÓRCIO PÚBLICO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO VALE DO JAGUARIBE - CONVALE II, passa a vigorar com a nova denominação: **CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JAGUARIBE.** **Art. 2º.** Ficam incluídos na Cláusula Sétima do Contrato de que trata o art. 1º desta Lei, os incisos XIX e XX com as seguintes redações: **Inciso XIX:** Estabelece a possibilidade de convênio de cooperação entre entes federados, permitindo a gestão associada de serviços públicos de natureza técnica, desde que haja aprovação unânime dos municípios consorciados e lei específica do município interessado na cooperação. **Inciso XX:** Institui o Serviço de Inspeção Sanitária Municipal, responsável pela inspeção sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal ou vegetal, conforme definições das leis 7.889/1989 e 9.712/1998, e do decreto 5.741/2006. **Art. 3º.** Fica designado o foro da sede do CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JAGUARIBE para resolver eventuais controvérsias relativas ao Protocolo de Intenções e ao Contrato de Consórcio Público, alterando a cláusula oitogésima sexta. **Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio da Intendência, 26 de agosto de 2024. **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES** Prefeito Municipal

*** **

Lei 1.707, de 26 de agosto de 2024. **DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM) DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARIBE, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Magna Carta e a Lei Orgânica do Município e demais legislações em vigor, submete à apreciação deste Poder Legislativo, o seguinte Projeto de Lei: **Art. 1º.** Esta Lei cria o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal do Município de Jaguaribe e regula a obrigatoriedade de prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no Município, destinados ao consumo, com fundamento no art. 23, inciso II, combinado com o art. 24, incisos V, VIII e XII da Constituição Federal, e em consonância com o disposto nas Leis Federais nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e nº 7.889, de 23 de novembro de 1989. § 1º - A inspeção e fiscalização de que trata esta Lei abrange os aspectos industrial e sanitário dos produtos de origem animal, comestíveis ou não, através da inspeção ante e post mortem dos animais destinados ao abate, bem como o recebimento, manipulação, fracionamento, transformação, elaboração, conservação, acondicionamento, armazenamento, embalagem, depósito, rotulagem e trânsito de produtos de origem animal no âmbito do Município de Jaguaribe. § 2º - A Coordenação do Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Município de Jaguaribe, deverá ser obrigatoriamente, de responsabilidade de Médico Veterinário. **Art.2º** - É de uso ordinário do Serviço de Inspeção Municipal, legislações específicas especialmente às publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Parágrafo único**- Entende-se por legislações específicas os atos publicados ou disponibilizados pelo poder legislativo ou executivo, do âmbito federal ou estadual baiano ou por outras entidades oficiais, contendo regras, normas complementares ou descrições relacionadas com o conteúdo dessa Lei. **Art.3º**- Ficam sujeitos à inspeção, reinspeção e fiscalização previstas nesta Lei: I- os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas; II- o pescado e seus derivados; III- o leite e seus derivados; IV- os ovos e seus derivados; V- os produtos das abelhas e seus respectivos derivados; VI- os produtos de origem vegetal em natura e ou

minimamente processados; **Art. 4º**- No exercício de suas atividades, o Serviço de Inspeção Municipal deverá notificar ao Serviço de Defesa Sanitária de Jaguaribe, sobre as enfermidades passíveis de aplicação de medidas sanitárias. **Art. 5º**- As regras estabelecidas nesta Lei têm por objetivo garantir a proteção da saúde da população, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores. § 1º - Os produtores rurais, industriais, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, e quaisquer outros operadores do agronegócio são responsáveis pela garantia de que a inocuidade e a qualidade dos produtos de origem animal não sejam comprometidas. § 2º - Os produtores rurais e os demais integrantes das cadeias produtivas cooperarão com as autoridades competentes para assegurar maior efetividade dos controles oficiais e a melhoria da inocuidade dos produtos de origem animal. § 3º - O Serviço de Inspeção Municipal trabalhará com objetivo de garantir a inocuidade, a integridade e a qualidade do produto final, publicando normas técnicas e instruções em que a avaliação da qualidade sanitária estará fundamentada em parâmetros técnicos de Boas Práticas Agroindustriais e Alimentares, respeitando quando possível às especificidades locais e as diferentes escalas de produção, considerando, inclusive, os aspectos sociais, geográficos, históricos e os valores culturais agregados aos produtos. **Art. 6º**- A fiscalização e a inspeção de produtos de origem animal têm por objetivos: I- incentivar a melhoria da qualidade desses produtos; II- proteger a saúde do consumidor; III- promover o desenvolvimento do setor agropecuário. **Art. 7º**- O Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal estará vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente do Município, sendo a execução do Serviço de competência desta Secretaria, que poderá estabelecer parcerias e cooperação técnica com municípios, Estados e a União, participando de Consórcio Público de municípios para facilitar a gestão e desenvolvimento de atividades e executar o Serviço de Inspeção e Fiscalização Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, bem como solicitar a adesão ao SUASA. **Art. 8º**- O Serviço de Inspeção Sanitária de que trata esta Lei envolverá: I- a elaboração, gestão, planejamento e auditoria de programas de interesse à Saúde Pública; II- o suporte e apoio aos programas de Defesa Sanitária Animal; III- a divulgação de informações de interesse dos consumidores desses produtos; IV- o incentivo à educação sanitária, através dos seguintes mecanismos: a) divulgação da legislação específica; b) divulgação, no âmbito dos órgãos envolvidos, das ações relativas à inspeção e fiscalização de alimentos; c) fomento da educação sanitária no ensino fundamental e médio; d) desenvolvimento de programas permanentes, com a participação de entidades privadas, para conscientizar o consumidor da necessidade da qualidade e segurança dos produtos alimentícios de origem animal. **Art. 9º**- A inspeção e a fiscalização serão realizadas: I- nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal; II- nos estabelecimentos que recebem as diferentes espécies de animais para abate ou industrialização; III- nos estabelecimentos que recebem o pescado para manipulação ou industrialização; IV- nos estabelecimentos que produzem e recebem ovos em natureza para expedição ou para industrialização; V- nos estabelecimentos que recebem o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização; VI- nos estabelecimentos que extraem ou recebem o mel, a cera de abelha e os outros produtos das abelhas para beneficiamento ou industrialização; VII- nos estabelecimentos que recebem, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expedem matérias-primas e produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados; **Art. 10.** É da competência do Médico Veterinário Oficial do Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Município de Jaguaribe, ou cedido ao município, realizar as atividades de inspeção e fiscalização nos estabelecimentos previstos nos incisos I a VIII, do art. 9º, que façam comércio: I- municipal; II- intermunicipal, enquanto reconhecida a equivalência dos seus serviços de inspeção aos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA. **Art. 11** - Nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas destinados ao comércio de produtos de origem animal, a Secretaria da Saúde do Estado ou do Município procederão às ações de vigilância sanitária. **Parágrafo único** – O Serviço de Inspeção Municipal poderá celebrar convênio com os órgãos mencionados no caput deste artigo, para estabelecer ações conjuntas na inspeção e na fiscalização dos aspectos higiênico-sanitários dos produtos de origem animal no segmento varejista. **Art. 12** - Os estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal, seus derivados e subprodutos, deverão ser registrados junto ao Serviço de Inspeção competente. **Art. 13** - O SIM poderá também celebrar convênios com municípios, órgãos e entidades visando estabelecer ação conjunta para a realização das atividades do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Município de Jaguaribe. **Parágrafo único** - As ações conjuntas poderão englobar aquelas relacionadas aos aspectos higiênico-sanitários, à proteção e defesa do consumidor, à saúde, ao abastecimento e à promoção do desenvolvimento do setor agropecuário. **Art. 14** - O Chefe do Poder Executivo do Município regulamentará a presente Lei, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação. § 1º - A regulamentação de que trata este dispositivo abrangerá: I - a classificação dos estabelecimentos; II- as condições e exigências para registro, como também para as respectivas transferências de propriedade; III- as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas dos estabelecimentos; IV- as



Jaguaribe, 26 de agosto de 2024

Edição Nº: 4314

condições gerais das instalações, equipamentos e práticas operacionais de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte, denominado agroindústria familiar, observados os princípios básicos de higiene dos alimentos, tendo como objetivo a garantia da inocuidade dos produtos de origem animal; V- os deveres dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos; VI- a inspeção ante e post mortem dos animais destinados ao abate; VII- as questões referentes ao abate humanitário, que garantam o bem-estar dos animais desde a recepção até a operação de sangria; VIII- a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte; IX- a aprovação e fixação dos padrões de identidade e qualidade dos produtos de origem animal; X- o registro de rótulos, marcas e processos tecnológicos; XI- a aplicação das penalidades e medidas administrativas por infrações a esta Lei; XII- as análises laboratoriais; XIII- o trânsito de matérias primas, produtos e subprodutos de origem animal; XIV- o caráter da fiscalização e da inspeção segundo as necessidades do Serviço de Inspeção; XV- quaisquer outras instruções que se tornarem necessárias para maior eficiência dos trabalhos de fiscalização sanitária. **Art. 15** - Ao infrator das disposições desta Lei serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal cabíveis, as seguintes penalidades e medidas administrativas: I- advertência, quando o infrator for primário e não se verificar circunstância agravante; II- multa, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$5.000,00 (cinco mil reais); III- apreensão da matéria-prima, produto, subproduto e derivados de origem animal, quando houver indícios de que não apresentam condições higiênic-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulteradas; IV- condenação e inutilização da matéria-prima ou do produto, do subproduto ou do derivado de produto de origem animal, quando não apresentem condições higiênic-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulteradas; V- suspensão da atividade que cause risco ou ameaça à saúde, constatação de fraude ou no caso de embargo à ação fiscalizadora; VI- interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto, ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênic-sanitárias adequadas. § 1º - O não recolhimento da multa implicará inscrição do débito na dívida ativa, sujeitando o infrator à cobrança judicial, nos termos da legislação pertinente. § 2º - Na aplicação das multas levar-se-á em conta a ocorrência de circunstância agravante, na forma estabelecida em regulamento. § 3º - A interdição e a suspensão poderão ser revogadas após o atendimento das exigências que motivaram a sanção. § 4º - Se a interdição ultrapassar 12 (doze) meses será cancelado o registro do estabelecimento ou do produto junto ao órgão de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. § 5º - Ocorrendo a apreensão mencionada no inciso III do caput deste artigo, o proprietário ou responsável pelos produtos será o fiel depositário do produto, cabendo-lhe a obrigação de zelar pela conservação adequada do material apreendido. **Art. 16** - As despesas decorrentes da apreensão, da interdição e da inutilização de produtos e subprodutos agropecuários ou agroindustriais serão custeadas pelo proprietário. **Art. 17** - As infrações administrativas serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento. **Parágrafo único** - O regulamento desta Lei definirá o processo administrativo de que trata o caput deste artigo, inclusive os prazos de defesa e recurso, indicando ainda os casos que exijam ação ou omissão imediata do infrator. **Art. 18** - São autoridades competentes para lavrar auto de infração os servidores do SIM ou funcionário do Consórcio Público que for designado para as atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. § 1º - O auto de infração conterá os seguintes elementos: I- o nome e a qualificação do autuado; II- o local, data e hora da sua lavratura; III- a descrição do fato; IV- o dispositivo legal ou regulamentar infringido; V- o prazo de defesa; VI- a assinatura e identificação do técnico ou agente de inspeção e fiscalização; VII- a assinatura do autuado ou, em caso de recusa ou impossibilidade, de testemunhas da autuação. § 2º - O auto de infração não poderá conter emendas, rasuras ou omissões, sob pena de invalidade. **Art.19** - Os produtos apreendidos nos termos desta Lei e perdidos em favor do Município que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados, prioritariamente, aos programas de segurança alimentar e combate à fome. § 1º - Cabe ao Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, órgão da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio do Município de Jaguaribe, dispor sobre a destinação dos produtos apreendidos ou condenados na forma desta Lei. § 2º - A destinação dos produtos apreendidos deverá ser feita em articulação com os órgãos e Secretarias municipais que atuem nos programas a que se refere o caput deste artigo. **Art. 20** - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções, decretos, portarias e instruções expedidos pelo Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal. **Art. 21** - Fica estabelecido no Anexo I desta Lei, a Tabela que dispõe das Taxas de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal. **Art. 22** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ajustar, anualmente, caso aja necessidade, os valores das multas e taxas estabelecidas nesta Lei. **Art. 23** - Fica revogada a Lei de nº 1.203, de 29 de abril de 2014. **Art. 24** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Palácio da Intendência, 26 de agosto de 2024. **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES** Prefeito Municipal

Lei 1.707, de 26 de agosto de 2024. ANEXO I – Taxas de Serviços de Inspeção Sanitária Municipal

Descrição dos Serviços	Valor da Taxa (em Real R\$)
Renovação do Registro de Estabelecimento Industrial que receba, manipule, transforme, elabore, prepare, conserve, acondicione, embale, mantenha em depósito ou rotule produtos de origem animal.	Até 250m² de área construída..... R\$ 150,00 Acima de 250m² até 500m² de área construída..... R\$ 300,00 Acima de 500m² de área construída..... R\$ 600,00
Inspeção de abate de Bovinos e Bubalinos	R\$ 0,40 por animal
Inspeção Abate de Suínos, Ovinos e Caprinos	R\$ 0,20 por animal
Inspeção Abate de Aves	R\$ 1,00 por centena de animal ou fração
Inspeção Abate de Coelhoos	R\$ 0,20 por animal
Inspeção Abate de Rãs	R\$ 0,20 por animal
Inspeção de abate de Equinos	R\$ 0,40 por animal
Inspeção de abate de Avestruz	R\$ 0,30 por animal
Inspeção de abate de Animais Exóticos e Silvestres	R\$ 0,30 por animal
Inspeção no beneficiamento de pescados	R\$ 1,00 por cada 100 kg
Inspeção de industrialização de leite Bovino e Bubalino	R\$ 3,00 a cada 1.000 litros ou fração
Inspeção de industrialização de leite Caprino	R\$ 2,00 a cada 1.000 litros ou fração
Inspeção de produtos processados carnes	R\$ 2,00 por centena de quilo ou fração
Inspeção no beneficiamento de ovos de galinhas	R\$ 1,00 por cada 100 dúzias
Inspeção no beneficiamento de mel	R\$ 1,00 por centena kg ou fração
Emissão de outros documentos zoossanitários	R\$ 50,00

Palácio da Intendência, 26 de agosto de 2024. **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES** Prefeito Municipal

*** **

LEI 1.708, 26 de agosto de 2024. DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF A SEREM RECEBIDOS PELO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE EM DECORRÊNCIA DE DECISÕES JUDICIAIS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O prefeito do Município de Jaguaribe, **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e disposições do art. 42 da Lei Federal no 4.320/64, FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JAGUARIBE, aprovou e EU sanciono a seguinte lei: **Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ratear os valores recebidos por força de decisão judicial, nos autos do Processo 0266802-14.2023.4.05.0000 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região, correspondente ao precatório do Processo 08044864120154058100, que tramitou na 15ª Vara da Justiça Federal do Ceará, depositados na conta judicial 0500125035097, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, correspondentes a créditos de FUNDEF, transferidos para a conta corrente 27.359-7, agência 2199-7, do Banco do Brasil S/A, de titularidade do Fundo Municipal de Educação – CNPJ 30.625.199/0001-04, quando disponibilizados judicialmente, na forma seguinte: **I** - 60% (sessenta) por cento dos recursos recebidos, corrigidos monetariamente, serão distribuídos aos profissionais do magistério em efetivo exercício durante o período compreendido entre dezembro de 2002 e outubro de 2005, aos detentores de cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, com vínculo estatutário e/ou temporário, bem como aos respectivos herdeiros, na forma da legislação, em caso de falecimento dos profissionais beneficiados. **II** - Deduzida a remuneração do magistério (contemplada com os 60% do FUNDEF), de que trata o inciso anterior, o restante dos recursos (correspondente ao máximo de 40%) deverá ser utilizado na cobertura da demais despesas previstas no art. 70 da Lei nº 9.393/96 (LDB).§ 1º Os valores serão proporcionais à jornada de trabalho e ao número de meses trabalhados no período a que



Jaguaribe, 26 de agosto de 2024

Edição Nº: 4314

se refere o inciso I deste artigo e considerará como referência a remuneração anual ou mensal do profissional, não incluídos auxílios, abono e demais parcelas não remuneratórias. §2º Não serão considerados como efetivo exercício os seguintes afastamentos: I – Convocação para o serviço militar; II – Convocação para o júri e outros serviços obrigatórios; III – Desempenho de função eletiva federal, estadual ou municipal; IV – Licença especial; V – Prisão; VI – Disponibilidade; VII – cessão para outros órgãos, entidades ou poderes da Administração Pública, com ou sem ônus para a origem; VIII – cumprimento de penalidade disciplinar de suspensão; §3º Do valor individual obtido será deduzido o montante correspondente às faltas, suspensões, multas e despesas a anular, observadas em cada ano. **Art. 2º** O rateio de 60% de que versa o inciso I, do artigo 1º desta Lei, deverá observar os seguintes critérios: I – O valor correspondente ao percentual estipulado no caput do artigo anterior, será dividido exclusivamente entre as seguintes categorias: a) Os profissionais do magistério que estavam em cargo ou função, integrantes da estrutura, quadro de servidores do Município, com vínculo estatutário ou temporário, deste que em efetivo exercício das funções na rede pública e atuando no ensino fundamental durante o período entre dezembro de 2002 e outubro de 2005, em que ocorreram os repasses a menor do FUNDEF, devidamente comprovados; b) Os aposentados que comprovarem efetivo exercício na rede pública escolar, nas condições da alínea anterior, no período constante na alínea “a” deste artigo, ainda que não tenham mais vínculo direto com a Administração Pública que os remunerava, e os herdeiros, em caso de falecimento dos profissionais alcançados por este artigo. §1º A comprovação do enquadramento nas categorias de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo se dará através da apresentação de documentos que possam comprovar o efetivo exercício das funções na rede pública municipal de ensino fundamental no período entre dezembro de 2002 e outubro de 2005. §2º. No caso de servidor beneficiado e que tenha falecido, o pagamento só será realizado com a apresentação do essencial ALVARÁ JUDICIAL. §3º. O valor a ser pago a cada profissional será: I – Proporcional à jornada de trabalho, aos meses de efetivo exercício no magistério e à remuneração recebida à época; II – De caráter indenizatório, não salarial, e não se incorpora à remuneração dos servidores ativos ou aos proventos dos inativos que fizerem parte do rateio definido no inciso I deste artigo, sem a incidência de descontos de natureza previdenciária e fiscal. III – Aferido respeitando a quantidade de professores habilitados. **Art. 3º** A Lei Municipal 1.650, de 22 de agosto de 2023, já definiu a Comissão de avaliação do cumprimento dos critérios de partilha dos valores disponibilizados nos termos desta Lei. **Art. 4º** Para fins de distribuição individual do valor para cada profissional do magistério deverá ser promovido processo administrativo de habilitação, de iniciativa do profissional beneficiário, de seus respectivos herdeiros, ou por intermédio de procurador legal. §1º Fica sob a responsabilidade da Comissão criada pela Lei 1.650, de 22 de agosto de 2023, a validação dos cálculos para a distribuição dos valores individuais de cada Professor vinculado ao período compreendido de que trata esta Lei para rateio do FUNDEF. **Art. 5º** Para garantir o fiel cumprimento da presente Lei, no exercício de 2024, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial. **Parágrafo Único** - Para socorrer despesas com a abertura do Crédito Adicional Especial autorizado por este artigo, serão utilizadas as seguintes fontes orçamentárias: as previstas no Art. 43 da Lei Federal 4.320/64, especificadas o seu detalhadamente no Decreto de abertura do crédito. **Art. 6º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, por meio de decreto, a transpor, remanejar, transferir, suplementar ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária, bem como, criar outras de forma a adequar a estrutura programática vigente para a consecução dos fins desta Lei e definir outros critérios, caso necessários, para realização dos pagamentos aos beneficiários. **Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **Art. 8º** Ficam revogadas as disposições em contrário. Palácio da Intendência, 26 de agosto de 2024. **ALEXANDRE GOMES DIÓGENES**. Prefeito Municipal

*** **